



CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA

ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE JUSTIÇA, FINANÇAS, LEGISLAÇÃO E TOMADA DE CONTAS

PARECER 010/2023

I. RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei, encaminhado pelo Executivo Municipal a esta Casa Legislativa, na data de 06.04.2023, o qual dispõe sobre a alteração da redação do Anexo I, da Lei Municipal nº 120, de 15 de dezembro de 1999, e adequação do cargo de Fiscal de Tributos à Classe H, de nível superior.

Referido projeto foi devidamente autuado e registrado sob o nº 008/2023, recebendo esta Comissão para apreciação.

É o breve relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO

A Lei Orgânica do Município de Tamarana estabelece em seu artigo 8º, inciso I, que compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local, especialmente sobre a remuneração dos servidores públicos municipais e cargos, empregos e funções públicas da Administração Direta, Indireta ou fundacional.

Outrossim, dispõe referida lei que são de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as matérias relativas à:

Art. 35. A iniciativa das leis complementares e ordinárias caberá a qualquer Vereador ou comissão da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos.

§1º. São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre:

I- criação de cargos, funções ou empregos públicos municipais ou aumento de sua remuneração;

II- servidores públicos municipais, seu regime jurídico e provimento de cargos;

(...)

Assim, nota-se que referido projeto de lei ao tratar sobre a alteração da redação de lei municipal referente ao plano de cargos, carreiras e salários dos



CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA

ESTADO DO PARANÁ

servidores municipais, bem como de adequação do cargo de Fiscal de Tributos, não viola qualquer preceito legal, de modo que não se observa qualquer ilegalidade ou inconstitucionalidade.

Ademais, o projeto de lei em questão encontra-se redigido em boa técnica legislativa, com adequada justificativa, atendendo aos requisitos legais exigidos, tanto pela legislação federal quanto municipal, estando apto à tramitação, discussão e deliberação em Plenário.

III. VOTO

Diante do exposto, o Projeto de Lei nº 008/2023 reveste-se de aparente constitucionalidade, estando apto à regular tramitação, discussão e deliberação plenária.

É o parecer.

Sala das Sessões, 29 de maio de 2023.

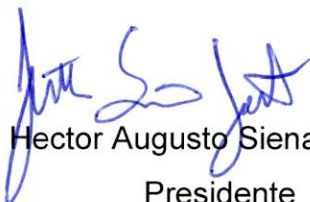

Anauto Souza de Gouvea
Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA

ESTADO DO PARANÁ

A COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E TOMADA DE CONTAS, em reunião por meio do aplicativo WhatsApp, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do referido Projeto de Lei.



Hector Augusto Siena Gobetti
Presidente



Mario Torres Bittencourt Jr
Membro